



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 021/2026 - COMPRASGOV N.º 90021/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0819.012803.00084/2025-76
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]

INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	30/01/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	14/01/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Janda Feitosa de Araújo Salvato
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, N°. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços** para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados nas áreas de Endodontia, Ginecologia, Pediatria, Nutrição e Biomedicina, para Rio Branco e Cruzeiro do Sul, destinado ao Centro Integrado de Apoio Biopsicossocial-CIAB/SEJUSP, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC), Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC e Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando

participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 120 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 22.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital

23. DO TERMO DE CONTRATO

- 23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 24.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Renato da Rocha Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ROCHA SILVA, Cargo Comissionado**, em 13/01/2026, às 09:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019009024** e o código CRC **D559A9C8**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2026/SEJUSP - DIVCL

Processo nº 0819.012803.00084/2025-76

1 – ÓRGÃO SOLICITANTE

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (OBJETO)

2.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados nas áreas de Endodontia, Ginecologia, Pediatria, Nutrição e Biomedicina, para Rio Branco e Cruzeiro do Sul, destinado ao Centro Integrado de Apoio Biopsicossocial-CIAB/SEJUSP, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC), Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC e Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3 - DOS ITENS DA LICITAÇÃO:

ITEM (1)	OBJETO (2)	UNIDADE (3)	QUANTIDADE DE MESES (4)	QTD p/ contratação (5)	QTD p/ REGISTRO (6)	VALOR UNITÁRIO R\$ (7)	VALOR MENSAL R\$ (8) = (7) x (6)	VALOR ANUAL POR POSTO R\$ (9) = (7) x (4)	VALOR TOTAL DO REGISTRO R\$ (10) = (9) x (6)
01	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais) Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC	POSTO	12	02	04				

02	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Ginecologia</p> <p>(Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
03	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Pediatria</p> <p>(Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
04	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Nutrição</p> <p>(Nutricionista) - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				

05	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Biomedicina</p> <p>(Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
06	<p>Serviços terceirizados na área de endodontia</p> <p>(Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	04				
07	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Ginecologia</p> <p>(Médico Especialista (Ginecologista) -20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				

08	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais) Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC	POSTO	12	01	02				
09	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais) Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC	POSTO	12	01	02				
10	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais) Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC	POSTO	12	01	02				
TOTAL									

3.1.Nota Explicativa:

PARA TODOS OS ITENS (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10): O Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna " 09" (valor anual por posto), que será o valor referencial para o julgamento da proposta; serão desclassificadas as empresas que não estiverem de acordo com o critério estabelecido, conforme memória de cálculo abaixo:

a) A Coluna "09" (valor anual do posto) se dá da multiplicação do valor unitário por posto (coluna "07") x 12 meses (coluna "04")

b.2)A Coluna "10" (valor total do registro) se dá da multiplicação da coluna "06" (Quantidade para Registro) x Coluna "09" (Valor Anual por Posto)

c) A formulação dos lances também deverá obedecer a este mesmo critério, ressaltamos que a aplicação deste método se dá em

razão de impossibilidade de cadastramento de pregão eletrônico com critério de julgamento utilizando concomitantemente quantidades, prazos e valores.

3.2. QUANTITATIVOS DOS POSTOS PARA CONTRATAÇÃO POR UNIDADES DO SISP/ACRE:

CIDADE DE RIO BRANCO

ITEM	OBJETO	ORGÃO	QTD POR ÓRGÃO
01	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC	01
		Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
02	Serviços terceirizados na área de Ginecologia (Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
03	Serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
04	Serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
05	Serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

CRUZEIRO DO SUL

ITEM	OBJETO	ORGÃO	QTD POR ÓRGÃO
06	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC	01
		Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
07	Serviços terceirizados na área de Ginecologia (Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
08	Serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01

09	Serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
10	Serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

3.3.Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bem de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5.Para execução do objeto do Presente Termo, será registrado o quantitativo identificado na coluna 06 (Quant. p/ Registro), da tabela do item 3.

3.6.A SEJUSP não estará obrigada a contratar os quantitativos dispostos na tabela do item 3, devendo contratar de acordo com sua necessidade.

3.7.ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para a definição das quantidades do presente processo para fins de Registro, foram considerados os pedidos dos órgãos do SISP, constantes nas solicitações dos eventos SEI indicados no demonstrativo abaixo, bem como com reunião de alinhamento entre representantes dos órgãos no Conselho Executivo do Fundo Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CONEXFNSP, para execução dos recursos provisionados em Plano de Ação destinados às unidades de segurança pública:

Evento SEI do pedido	Órgão
Ofício nº 2143/2024/PMAC (SEI 9759214)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC
Ofício nº 26228/2023/PCAC (SEI 9428645)	Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC
Ofício nº 1220/2025/CBMAC (SEI 0015186326)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC
Memorando nº 35/2025/SEJUSP - CIAB (SEI 0014564782)	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)

Merece destaque que a presente licitação, como já citado, é um processo de compra compartilhada, entre unidades do SISP Acre, que dispõem de recursos referente ao Eixo de Aplicação Valorização dos Profissionais de Segurança e Defesa Social. Entendendo que cabe ao Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, a gestão integrada de seus órgãos e entidades, viabilizando uma atuação operacional sistêmica e complementar entre os órgãos, promovendo a otimização dos recursos humanos e materiais, para uma atuação de qualidade na segurança pública.

Desse modo, as unidades do SISP que integram este processo se uniram para realizar uma única licitação, buscando ganhos de escala e eficiência. Observando as necessidades comuns desses órgãos, e considerando os princípios da administração pública.

Nesse formado de Compra compartilhada, a ser realizada através do SRP, busca-se a padronização de serviços, economia de escala, redução de custos, maior eficiência na gestão de recursos públicos.E, com a soma dos quantitativos de postos de serviços, possibilitar a negociação de um preço mensal final mais vantajoso para as unidades do SISP.

Outra vantagem da opção pela compra compartilhada é quanto as especificações técnicas dos itens que compõem o processo, sendo essas especificações elaboradas pela área técnica compartilhada entre os órgãos participantes na fase de elaboração do Estudo para a prestação dos serviços

4-JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Justificamos a abertura do presente processo licitatório, para fins de atender à solicitação dos órgãos que integram o denominado Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, sendo que os postos de serviços a serem contratos se destinam à Polícia Civil-PCAC, Polícia Militar -PMAC, Corpo de Bombeiros Militar – CBMAC e ao Centro Integrado de Apoio Biopsicossocial-CIAB da SEJUSP, em unidades da cidade de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

4.2. Destacando que esta Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre, além de integrar o SISP, o seu Secretário é o Gestor do Fundo Estadual de Segurança Pública/FUNDESEG, com aplicação dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública/FNSP.

4.3. A SEJUSP/Acre tem competência, portanto, para implementar, acompanhar e avaliar políticas e programas das áreas de segurança pública e defesa social, objetivando a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio do Estado do Acre.

4.4. Observando que esta SEJUSP/Acre, celebrou contrato decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 073/2023, este processo atende a própria SEJUSP e a PMAC. No entanto, esta contratação não possibilita mais a ampliação de quantitativo para fins de aumento de atendimentos das áreas de Psiquiatria, Psicologia e Assistência Social. Esclarecendo que, neste contrato da SEJUSP, são apenas 03(três) especialidades de serviços terceirizados para a capital Rio Branco.

4.5. E o presente processo licitatório visa atender pedidos dos órgãos do SISP que dispõem de recursos para a contratação de postos, em especialidades como Nutrição, Biomedicina, Pediatria, Ginecologia e Endodontista, para a cidade de Rio Branco e na cidade de Cruzeiro do Sul-Acre.

4.6. Como justificativa da necessidade dos postos dos serviços terceirizados destinados para o CIAB/SEJUSP e Polícia Civil temos:

a) A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, Gestora do Fundo Nacional, prioriza a política de valorização profissional, como ação contínua para beneficiar seus agentes de segurança pública, bem como, seus familiares. Isso implica, necessariamente, na melhoria das condições de trabalho, no desenvolvimento da boa saúde e na promoção da qualidade de vida desses profissionais.

b) Essa temática tem sido amplamente estudada e discutida por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, e destacada constantemente pelos meios de comunicação como fundamento para o bem-estar das pessoas e das organizações. Inclusive, alguns estudiosos afirmam haver íntima relação entre a melhoria da qualidade de vida, do estilo de vida e da saúde dos trabalhadores, com incrementos positivos na produtividade dos indivíduos dentro e fora das organizações.

e) Espera-se, com essa estruturação contribuir para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida do servidor de segurança pública, e fortalecer a gestão de saúde oferecida pela SEJUSP/AC por meio do repasse Fundo a Fundo. O desenvolvimento dessas ações visa, portanto, fortalecer a atuação no nível da prevenção e da atenção à saúde do servidor, com vistas à melhoria da qualidade de vida desses profissionais conforme prevê a Instrução Normativa nº. 01/2010 do Ministério da Justiça e da Portaria Interministerial SDH/MJ nº. 02/2010.

f) As ações de valorização profissional com base na atenção biopsicossocial e atenção à saúde do trabalhador na perspectiva de melhoria da qualidade de vida dos profissionais de Segurança Pública do Estado do Acre serão desenvolvidas à luz dos princípios e das metas do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, em consonância com a Lei nº. 13.675, de 11/06/2018, bem como da Lei 13.756, de 12/12/2018, como peça integrante e indissociável da estratégia de Segurança Pública em nível Estadual com vistas a viabilizar a promoção da saúde dos profissionais de segurança pública e, conseqüentemente, da valorização profissional dos mesmos.

g) Portanto, em razão dos motivos anteriormente expostos verifica-se que o projeto justifica a sua implantação, por atender, em última análise, ao interesse público, priorizando a melhoria das condições de trabalho e conseqüentemente favorecendo o estado de saúde e a qualidade de vida dos operadores da segurança pública.

4.7. Como justificativa da necessidade dos postos dos serviços terceirizados destinados para a PMAC temos:

a) A Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Acre dispõe de uma demanda interna em atendimentos para aproximadamente mais de 10 (dez) mil vidas, onde incluem efetivo em plena atividade laboral, aposentados (reformados, reserva remunerada) e pensionistas conforme disposto em Portaria PMAC nº 840 de 11 de maio de 2021 na qual define esse atendimento em saúde em todo do estado do Acre a seus militares e seus dependentes.

b) Atualmente existem na unidade de saúde atendimentos específicos com especialistas nas áreas de psicologia, fisioterapia e odontologia, na qual viabiliza um tratamento voltado para o bem estar e valorização do profissional que pode ter sua necessidade atendida. Porém com o crescimento de demandas e com dados anuais aumentando devido a lista espera crescente, faz necessário uma ampliação dessas consultas para melhor suprir essa necessidade existentes, principalmente nas demandas psicológicas, odontológicas e fisioterapêuticas que estão com maior foco de alta demanda.

c) Diante disso, detém-se hoje dos seguintes atendimentos: odontologia um total anual aproximado de 7104 consultas divididos nas subáreas (Cirurgião Dentista clínico geral 5.760 consultas, endodontia 960 consultas e 384 consultas em cirurgia oral menor). No atendimento fisioterapêutico com um total aproximadamente de 11.829 divididos nas subáreas de atendimento em fisioterapia convencional, RPG e Pilates. E na biopsicossocial com atendimentos de psicologia com um total anual aproximado de 3.889 sessões. Dados estimados do período de outubro de 2023 a outubro de 2024.

4.8. Como justificativa da necessidade dos postos dos serviços terceirizados destinados para ao CBMAC temos:

a) O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC) vem estruturando, de forma contínua, os seus setores

de saúde, diante da crescente demanda por atendimentos médicos e assistenciais aos seus militares. Atualmente, a Corporação conta com um efetivo de aproximadamente 690 militares da ativa e 220 militares da reserva, que também fazem uso dos serviços de saúde oferecidos. Ressalta-se ainda que os atendimentos não se restringem aos militares, alcançando também seus dependentes e servidores civis vinculados à instituição.

b) Nesse contexto, torna-se imprescindível a contratação de profissionais especialistas nas áreas de pediatria, ginecologia, nutrição e biomedicina, com atuação prioritária nas cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul (um profissional para cada), visando suprir a alta demanda e promover o atendimento direto e eficiente aos bombeiros militar e seus dependentes. A ausência desses profissionais compromete a autonomia dos setores de saúde da Corporação, resultando em encaminhamentos externos que geram custos adicionais tanto aos militares quanto à própria instituição.

c) A necessidade de uma profissional ginecologista é especialmente urgente, considerando que o CBMAC conta atualmente com 127 bombeiras militares, além de um número significativo de dependentes legais do sexo feminino. O atendimento ginecológico é essencial para a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças específicas da saúde da mulher, promovendo qualidade de vida, bem-estar e segurança às militares no exercício de suas funções.

d) A presença de um pediatra garantirá acompanhamento qualificado às crianças dependentes dos militares; um nutricionista contribuirá diretamente para o controle alimentar, prevenção de doenças crônicas e promoção da saúde geral; e um biomédico é indispensável para a realização de exames laboratoriais, com maior precisão, agilidade e suporte diagnóstico às demais especialidades.

e) A Lei Complementar nº 164, de 03 de julho de 2006, assegura, em seu Art. 50, inciso "m", o direito dos militares estaduais à assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, incluindo tratamento de saúde voltado à dependência química ou alcoólica. Além disso, o Regulamento do Fundo de Saúde do CBMAC reforça a prestação facultativa de assistência médica e hospitalar por meio de profissionais credenciados.

f) A título de exemplo, destaca-se a realização de ações de saúde itinerante, por meio das quais profissionais de saúde são deslocados para atender militares e seus dependentes nos municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Xapuri e Epitaciolândia. Tais ações visam suprir as lacunas de atendimento nas localidades do interior, porém, a ausência de profissionais especialistas limita a qualidade e a abrangência desses serviços. Tais ações visam suprir as lacunas de atendimento nas localidades do interior, porém, a ausência de profissionais especialistas limita a qualidade e a abrangência desses serviços.

g) A demanda atual reforça, de forma expressiva, a necessidade de ampliação do quadro de profissionais especializados. A título ilustrativo, no período de 12 (doze) meses, foram registrados mais de 7.000 (sete mil) usuários assistidos, com a realização de aproximadamente 3.000 (três mil) atendimentos médicos, 34.000 (trinta e quatro mil) exames laboratoriais e 400 (quatrocentos) atendimentos psicológicos.

h) Dessa forma, a contratação dos profissionais mencionados é uma medida urgente e estratégica, que garantirá melhor atendimento à tropa e seus familiares, com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação de patologias que afetam diretamente o desempenho e a qualidade de vida dos bombeiros militares.

i) Importante frisar, por fim, que a necessidade inerente da DSAU, do CBMAC, no que tange aos profissionais das áreas apresentadas acima, tem como objetivo de melhor atender os militares da corporação, bem como, seus familiares, no desempenho de seu papel essencial para a promoção da saúde e prevenção de possíveis doenças.

5.DO PRAZO PARA ASSINATURA, DA VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO

5.1. DA ASSINATURA

5.1.2. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA poderão celebrar o Termo de Contrato.

5.1.3. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

5.1.4. A assinatura da Ata e do Termo de Contrato, ou quaisquer outros documentos que integram este processo, será por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, tendo a empresa ganhadora que efetuar o cadastro no link

https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=

5.1.5. Os empenhos serão emitidos através do sistema SEFAZ. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que poderá ser feito da seguinte forma: Ao acessar o site www.sefaz.ac.gov.br, aparecerá na tela

DAE ON LINE (Documento de Arrecadação Eletrônica). Deverá ser preenchido com os dados da empresa e informar o valor de R\$ 35,16 (trinta e cinco reais e dezesseis centavos). De posse do comprovante de pagamento do DAE, a empresa deverá juntar ao mesmo os seguintes documentos: CNPJ, comprovante bancário (todos em PDF). Encaminhá-los para o e-mail: cadastrodecredores.fazenda@ac.gov.br, solicitando o Cadastro de Credor. E no e-mail acre.cidade@gmail.com, encaminhar os mesmos documentos solicitando Cadastro de Empresa para Certidão On-line. As informações mencionadas são meramente informativas, além de serem estabelecidas pela SEFAZ, estando sujeitas a alterações.

5.2. VIGÊNCIA

- a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- b) O prazo de vigência da contratação é **de 01 (um) ano contado da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos**, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a administração ateste a cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção
- c) O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo necessário que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro.
- d) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5.3. DA EFICÁCIA DO CONTRATO E ATA

- a) A eficácia da Ata e Contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- b) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
- c) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- d) 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

6- DOS RELATÓRIOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E RECEBIMENTO PELA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 - Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatório contendo as quantidades de Postos de Serviço efetivamente disponibilizados.
- 6.2 - Os documentos comprobatórios dos serviços prestados, para efeito de pagamento, deverão observar os seguintes procedimentos:
 - 6.2.1 - No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais dos serviços realizados e os respectivos valores apurados.
 - 6.2.2 - O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- 6.3 - Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:
 - 6.3.1 - O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação do preço unitário contratado às correspondentes quantidades de Postos de Serviços/Mês efetivamente prestados, descontadas as importâncias relativas a serviços não executados por motivos imputáveis à CONTRATADA;
 - 6.3.2 - Não serão considerados serviços efetivamente prestados àqueles que apresentarem:
 - 6.3.2.1 - Ausência de funcionários suficientes à devida cobertura do posto durante todo o horário de contratação;
 - 6.3.2.2 - Cobertura de posto por funcionário considerado inadequado ao perfil estabelecido em contrato;
 - 6.3.2.3 - Cobertura de posto por funcionário sem a devida capacitação técnica;
 - 6.3.2.4 - Cobertura de posto por funcionário que estiver em desacordo às diretrizes e normativas da SEJUSP.
 - 6.3.2.5 - A aferição será efetuada por ferramenta de gestão a ser aplicada pela Gerência da unidade e com a devida anuência do representante da empresa contratada.
- 6.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de até 03 dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.
- 6.5. A execução completa do contrato só acontecerá quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações

trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

7.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

7.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Administração contratante deverá comunicar à Empresa contratada para que esta emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre o valor glosado pela Administração contratante.

7.4. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a Empresa contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- c) Não fornecer os benefícios previstos no Acordo Coletivo de Trabalho em conformidade com a quantidade cotada na planilha de custos que deverão ser comprovados a cada 30 (trinta) dias, exibindo, sempre que solicitado as respectivas comprovações. Os benefícios cujos pagamentos não forem comprovados sofrerão a devida glosa por ocasião do faturamento

7.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

a) FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FUNDESEG

b) CNPJ/MF sob o nº 27.531.200/0001-27

c) com sede na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, CEP 69900-064

7.6. A empresa contratada deverá apresentar o documento fiscal acompanhado das seguintes comprovações, sob pena de multa:

7.7. comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

7.8. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.9. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

7.10. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Benjamin Constant, nº. 1015 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-064, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

7.11. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

7.12. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

7.13. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

7.14. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.15. O pagamento à CONTRATADA pelo CONTRATANTE pelos serviços efetivamente prestados não se confunde com a obrigação da CONTRATADA do pagamento da remuneração aos seus empregados, cujo prazo é definido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Assim, não cabe alegação de que primeiro o CONTRATANTE deve pagar pelos serviços prestados para posteriormente a CONTRATADA efetivar o pagamento aos seus empregados;

8-ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Consta no item 4.3 Serviço Continuado do Plano de Contratação Anual- 2025/SEJUSP , que tramitou no processo SEI 0819.012797.00002/2024-48. Ressaltamos, no entanto, que conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAD Nº 14, DE 07 DE JUNHO DE 2024, ANEXO 01, item 02, (Inclusão, Exclusão ou Redimensionamento (Art. 17 IN) SEI 0013915370, é possível proceder a ajuste no PCAC nos seguintes períodos do ano: de 15 a 31 de janeiro; 15 a 31 de julho e de 1º a 20 de outubro.

09 - LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:

- a) Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- b) Decreto n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023 - Regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.
- c) Instrução Normativa nº 01/2013 – PGE.
- d) IN 05/2017-SEGES/MPDG, alterada pela IN 07/2018 – SEGES/MPDG.
- e) Decreto Estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016
- f) Decreto Estadual nº 11.107/2022 (Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos realizados pelos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Acre e seus fundos a fornecedores e prestadores de serviços)
- g) Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- a) Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- a) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, **no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.**
- b) Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- c) A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- d) A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
- e) A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de acréscimos de valores deverá ser atualizada na mesma proporção, em conformidade com a Lei 14.133.
- f) A qualquer tempo poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei n.º 14.133.
- g) Caso os acertos resilitórios não ocorram até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme legislação vigente.
- h) A garantia apresentada deverá vigor por até 3 meses após o término do prazo de vigência do contrato.

12.DAS FUNÇÕES, REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS, CARGA HORÁRIA E ATRIBUIÇÕES

Função	CIRURGIÃO DENTISTA - Endodontista
Requisitos Mínimos:	Graduação em Odontologia. Título de especialista em Endodontia reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO). Registro no respectivo Órgão de Classe.
Carga Horária:	20 (vinte) horas semanais.
Atribuições	Realizar atendimento odontológico individual, por meio de consultas, conforme normativas vigentes com enfoque especializado. Identificar e diagnosticar problemas na polpa dentária, como infecções, inflamações e lesões. Realizar o tratamento de canal, também conhecido como endodontia. Isso envolve a remoção da polpa dentária danificada ou infectada, a desinfecção do canal radicular e o preenchimento com material adequado para evitar futuras infecções. Realizar Retratamento de canal. Tratar lesões periapicais. Realizar cirurgias endodônticas, como apicectomia (remoção da ponta da raiz) ou cirurgias de reparo de perfurações. Tratar essas lesões de traumatismos dentários. Participar da elaboração dos protocolos clínicos de acesso/encaminhamento de sua especialidade; Utilizar os protocolos clínicos e fluxos definidos na rede municipal; Participar das reuniões de especialistas quando solicitado; Apoiar os profissionais que atuam na atenção primária em saúde por meio das ferramentas de integração de rede preconizadas pela SMS; Realizar procedimentos próprios de sua especialidade. Realizar registro de suas atividades assistenciais no sistema de prontuário eletrônico da SMS; Emitir atestados odontológicos, laudos e declarações dentro de sua área de atuação; Realizar apoio matricial com profissionais da APS e demais setores da rede de atenção à saúde pertencente.
Função	MÉDICO ESPECIALISTA (GINECOLOGISTA)
Requisitos Mínimos:	Diploma ou Certificado de Médico, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional no Conselho de Classe de sua jurisdição, título de especialista em Ginecologia Obstetrícia, conferido pela Associação Médica Brasileira – AMB ou certificado de Residência Médica realizada em instituição com programa credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM/MEC – Ministério da Educação
Carga Horária:	20 (vinte) horas semanais.
Atribuições	Realizar consultas ginecológicas e obstétricas. Diagnosticar e tratar doenças do sistema reprodutor feminino. Acompanhar o pré-natal e o puerpério. Prescrever métodos contraceptivos e orientar sobre planejamento familiar. Solicitar e interpretar exames. Realizar pequenos procedimentos ambulatoriais Perfil Ideal: Escuta ativa e empatia, principalmente em temas sensíveis. Atualização constante em saúde da mulher. Discrição e ética profissional. Capacidade de trabalhar em equipe com outros especialistas
Função	MÉDICO ESPECIALISTA (PEDIATRA)
Requisitos Mínimos:	Diploma ou Certificado de Médico, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional no Conselho de Classe de sua jurisdição, título de especialista em Pediatria, conferido pela Associação Médica Brasileira – AMB ou certificado de Residência Médica realizada em instituição com programa credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM/MEC – Ministério da Educação
Carga Horária:	20 (vinte) horas semanais.

Atribuições	<p>Realizar consultas de rotina e acompanhar o crescimento e desenvolvimento infantil. Diagnosticar e tratar doenças comuns da infância. Atualizar e orientar sobre o calendário vacinal. Orientar os pais quanto à alimentação, sono, comportamento e cuidados gerais com a criança. Atender situações de urgência pediátrica, se necessário. Encaminhar para outros especialistas, se indicado.</p> <p>Perfil Ideal:</p> <p>Paciência e sensibilidade com crianças e pais. Comunicação simples e eficaz com os responsáveis.</p> <p>Olhar preventivo e integrativo da saúde infantil. Capacidade de criar um ambiente leve e acolhedor. Habilidade lúdica para acalmar e interagir com crianças.</p>
Função	NUTRICIONISTA
Requisitos Mínimos:	Diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Nutrição reconhecida pelo MEC e registro profissional no Conselho de Classe
Carga Horária:	30 (trinta) horas semanais
Atribuições	<p>Avaliar o estado nutricional de pacientes de todas as idades. Prescrever planos alimentares personalizados.</p> <p>Acompanhar gestantes, crianças, adolescentes e adultos com foco na promoção da saúde e prevenção de doenças. Trabalhar em conjunto com médicos para tratar condições como obesidade, diabetes, alergias alimentares, desnutrição, entre outras. Realizar educação alimentar e nutricional. Atualizar e documentar os prontuários com evolução dos pacientes.</p> <p>Perfil Ideal:</p> <p>Boa escuta e empatia para compreender hábitos e rotinas. Flexibilidade para adaptar dietas à realidade do paciente. Perfil motivador e incentivador de mudanças de comportamento. Conhecimento em nutrição clínica e funcional (diferencial). Proatividade em integrar-se à equipe multidisciplinar.</p>
Função	BIOMÉDICO
Requisitos Mínimos:	Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Biomedicina, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, acrescido de registro no conselho de classe (CRBM).
Carga Horária:	30 (trinta) horas semanais
Atribuições	Coletar amostras biológicas para realização de exames; Supervisionar os setores de coleta de materiais biológicos de estabelecimento a que isso se destine; Executar o processamento de sangue, suas sorologias e exames; Realizar exames laboratoriais em amostras biológicas (sangue, urina, tecidos, etc.); interpretação de resultados de exames e emissão de laudos que auxiliam no diagnóstico e acompanhamento de doenças; Atuar em perícia criminal, análise de vestígios biológicos, identificação de perfis genéticos, entre outras atividades relacionadas à investigação de crimes; Assumir a responsabilidade técnica por laboratórios de análises clínicas, bancos de sangue e outras áreas, garantindo a qualidade dos serviços e o cumprimento de normas e legislações; Realização de análises físico-químicas e microbiológicas de água, ar e solo, contribuindo para a avaliação e monitoramento da qualidade ambiental e assumir a responsabilidade técnica e firmar os respectivos laudos técnicos;

13. DOS LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1.A prestação dos serviços ocorrerá nos locais indicados nas Ordens de Serviços emitidas pela Contratante nas cidades de Rio Branco para os itens 01, 02, 03,04 e 05; e cidade de Cruzeiro do Sul para os itens 06, 07, 08, 09 e 10.

13.2 As jornadas descritas de 30 e 20 horas semanais, serão realizadas diurnas e de segunda a sexta.

13.3.Os materiais e insumos a serem empregados durante a prestação dos serviços, bem como os demais funcionários e corpo técnico serão fornecidos pela unidade do SISP/Acre na qual serão executados os serviços.

13.4.Os atendimentos realizados pelos profissionais deverão ser diariamente registrados e controlados pela fiscalização do Contrato, sob pena de substituição do profissional que omitir o registro dos atendimentos realizados;

13.5.O profissional deverá orientar-se pelas normas de comportamento e técnicas pertinentes à atividade a ser desempenhada, em

observância aos princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, utilizando todos os meios ao seu alcance para prestar atendimento de qualidade e respeito aos pacientes, mantendo a harmonia com os colegas e funcionários no ambiente de trabalho;

14. DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Para o Salário Base deste processo licitatório, dos referidos profissionais a serem contratados, na ausência de Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva da categoria, foram considerados os valores estimados abaixo:

Item	Cargo	Salário – base estimado	Insalubridade %	Periculosidade %	CBO
01	Cirurgião Dentista -20 horas Endodontista	6.190,06	20%	Não se aplica	2232-12
02	Médico Especialista - 20 horas (Ginecologista)	8.392,79	20%	Não se aplica	2252-50
03	Médico Especialista (Pediatra) - 20 horas	9.314,45	20%	Não se aplica	2251-24
04	Nutricionista - 30 horas	4.413,44	Não se aplica	Não se aplica	2237-10
05	Biomédico - 30 horas	4.413,44	20%	Não se aplica	2213-05

Observação: A estimativa da remuneração dos profissionais necessários para a prestação dos serviços, deverá ser efetuada, considerando-se o perfil profissional desejado, com todos os encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, tendo como referência, a base salarial estabelecida em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou Lei que regem a categoria profissional que executará os serviços, **na Base Territorial da Prestação dos Serviços; e a respectiva data base e vigência, se houver.**

14.1 DO PERCENTUAL DE INSALUBRIDADE A SER ESTIMADO:

A licitante deverá incluir na sua planilha de composição de custos a **insalubridade em percentual de 20% (vinte por cento)**, para os postos de **Cirurgião Dentista, Biomédico, Pediatra e Ginecologista**. Esclarecemos, no entanto, que após a assinatura do Contrato, para fins de pagamento mensal, a Contratada deverá apresentar, para a fiscalização do Contrato; **Laudo com resultado de perícia técnica** realizada por profissional habilitado, visando a determinação do percentual a ser considerado pela SEJUSP (5%, 10% ou 20%).

15- DO FORNECIMENTO DOS EPI'S, UNIFORME E CRACHÁ

15.1. É de responsabilidade da empresa o fornecimento dos EPI's, sem custos para os profissionais, observando as atribuições dos postos

Especificações Mínimas	Qtd por posto	Posto
------------------------	---------------	-------

Máscaras descartáveis tripla proteção - composição: TNT, medidas: 17x10cm (Cx A), cor branca, com elástico redondo para as orelhas, possui dobras, para ter um melhor ajuste ao rosto do usuário, Cirúrgicas, com um clip nasal. Registro ANVISA.	80 máscaras por mês, totalizando 960 unidades por posto para 12 meses (04 máscaras diárias)	Cirurgião Dentista - Endodontista
Máscaras descartáveis tripla proteção - composição: TNT, medidas: 17x10cm (Cx A), cor branca, com elástico redondo para as orelhas, possui dobras, para ter um melhor ajuste ao rosto do usuário, Cirúrgicas, com um clip nasal. Registro ANVISA.	40 máscaras por mês, totalizando 480 unidades por posto para 12 meses (02 máscaras diárias)	Ginecologista
Máscaras descartáveis tripla proteção - composição: TNT, medidas: 17x10cm (Cx A), cor branca, com elástico redondo para as orelhas, possui dobras, para ter um melhor ajuste ao rosto do usuário, Cirúrgicas, com um clip nasal. Registro ANVISA.	20 máscaras por mês, totalizando 240 unidades por posto para 12 meses (01 máscara diária)	Pediatra
Máscaras descartáveis tripla proteção - composição: TNT, medidas: 17x10cm (Cx A), cor branca, com elástico redondo para as orelhas, possui dobras, para ter um melhor ajuste ao rosto do usuário, Cirúrgicas, com um clip nasal. Registro ANVISA.	60 máscaras por mês totalizando 720 máscaras por posto para 12 meses (03 máscaras diárias)	Biomédico
Luva de procedimento: Luva descartável, não cirúrgico, fabricada em látex. Características Técnicas: Cor: Creme. Material : Látex. Tipo de superfície: Lisa. Ambidestra: Uso em ambas as mãos. Esterilidade: Não estéril. Contém: Pó absorvível atóxico.	160 pares de luvas por mês, totalizando 1.920 luvas por posto para 12 meses (8 pares de luvas diárias)	Cirurgião Dentista - Endodontista
Luva de procedimento: Luva descartável, não cirúrgico, fabricada em látex. Características Técnicas: Cor: Creme. Material : Látex. Tipo de superfície: Lisa. Ambidestra: Uso em ambas as mãos. Esterilidade: Não estéril. Contém: Pó absorvível atóxico.	80 pares de luvas por mês, totalizando 960 luvas por posto para 12 meses (04 pares de luvas diárias)	Ginecologista

<p>Luva de procedimento: Luva descartável, não cirúrgico, fabricada em látex.Características Técnicas: Cor: Creme.Material : Látex.Tipo de superfície: Lisa.Ambidestra: Uso em ambas as mãos.Esterilidade: Não estéril.Contém: Pó absorvível atóxico.</p>	<p>100 pares de luvas por mês, totalizando</p> <p>1.200 luvas por posto para 12 meses</p> <p>(5 pares de luvas diárias)</p>	Biomédico
<p>Luva de procedimento: Luva descartável, não cirúrgico, fabricada em látex.Características Técnicas: Cor: Creme.Material : Látex.Tipo de superfície: Lisa.Ambidestra: Uso em ambas as mãos.Esterilidade: Não estéril.Contém: Pó absorvível atóxico.</p>	<p>20 pares de luvas por mês, totalizando</p> <p>240 luvas por posto para 12 meses</p> <p>(01 par de luva diária)</p>	Pediatra
<p>Luva Cirúrgica: Produzida em látex de borracha 100% natural, anatômica, texturizada na palma para melhor aderência e contém pó bioabsorvível, que facilita a colocação e remoção. Esterilizada por radiação gama,proporciona Descartável.Superfície: Texturizada na palma da mão.Formato: Anatômico, punho com acabamento enrolado.Descartável e de uso único.Dimensões embalagem (C x L x A): 25 x 13,5 x 5 mm. Embalagem: Envelope contendo 1 par (mão direita e esquerda), Selo Inmetro e Certificado de Aprovação (CA) de proteção contra riscos biológicos.</p>	<p>40 pares de luvas por mês, totalizando</p> <p>480 pares de luvas para 12 meses</p> <p>(02 pares de luvas diárias)</p>	Cirurgião Dentista - Endodontista
<p>Luva Cirúrgica: Produzida em látex de borracha 100% natural, anatômica, texturizada na palma para melhor aderência e contém pó bioabsorvível, que facilita a colocação e remoção. Esterilizada por radiação gama,proporciona Descartável.Superfície: Texturizada na palma da mão.Formato: Anatômico, punho com acabamento enrolado.Descartável e de uso único.Dimensões embalagem (C x L x A): 25 x 13,5 x 5 mm. Embalagem: Envelope contendo 1 par (mão direita e esquerda), Selo Inmetro e Certificado de Aprovação (CA) de proteção contra riscos biológicos.</p>	<p>20 pares de luvas por mês, totalizando</p> <p>240 pares de luvas para 12 meses</p> <p>(01 par de luvas diária)</p>	Ginecologista
<p>Gorro descartável Cor: Branco. Material: TNT 100% Polipropileno atóxico e hipoalérgico. Tamanho: Único. Produto de uso único. Validade: 2 anos. Registro ANVISA</p>	<p>80 gorros por mês, totalizando</p> <p>960 unidades por posto para 12 meses</p> <p>(04 gorros diários)</p>	Cirurgião Dentista - Endodontista
<p>Touca descartável- Sanfonada descartável fabricada em polipropileno (TNT-Tecido NãoTecido), tamanho único; Excelente barreira de proteção contra contaminações; Ideal para uso em hospitais, clínicas, laboratórios e indústrias alimentícias; Hipoalergênica, minimizando o risco de irritações na pele; Descartável, garantindo higiene e praticidade; Cor branca, adequada para ambientes que requerem alta limpeza e esterilidade</p>	<p>60 toucas por mês totalizando</p> <p>720 toucas por posto para 12 meses</p> <p>(03 toucas diárias)</p>	Biomédico

Touca descartável- Sanfonada descartável fabricada em polipropileno (TNT-Tecido NãoTecido), tamanho único; Excelente barreira de proteção contra contaminações; Ideal para uso em hospitais, clínicas, laboratórios e indústrias alimentícias; Hipoalergênica, minimizando o risco de irritações na pele; Descartável, garantindo higiene e praticidade; Cor branca, adequada para ambientes que requerem alta limpeza e esterilidade	40 toucas por mês, totalizando 480 unidades por posto para 12 meses (02 toucas diárias)	Ginecologista
Óculos de proteção odontológico: confeccionado em policarbonato com lente incolor inteirica, espessura minima de 2 mm; com protetor lateral, tratamento de superf. anti-arranhões e camada anti-embacante; adaptável ao rosto com conforto e uso sobre óculos próprio; possibilitando ajuste individual; passível de desinfecção em meios químicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação	02(dois) óculos a cada 06(seis) meses , totalizando 02 entregas no período contratual de 12 meses Obs. Deverá ser substituído também quando apresentarem sinais de deterioração, como arranhões ou amarelecimento	Cirurgião Dentista - Endodontista Biomédico Ginecologista
Avental descartável, GR20, branco, TNT 100% polipropileno, Atende às normas da ANVISA e ISO 13485.Dimensões: 1,20m x 0,80m. Uso único, não esterilizado	80 aventais por mês, totalizando 960 unidades por posto para 12 meses (04 aventais diários)	Cirurgião Dentista - Endodontista
Avental descartável, GR20, branco, TNT 100% polipropileno, Atende às normas da ANVISA e ISO 13485.Dimensões: 1,20m x 0,80m. Uso único, não esterilizado	40 aventais por mês, totalizando 480 unidades por posto para 12 meses (02 aventais diários)	Biomédico Ginecologista
Máscara para proteção das vias respiratórias e redução da exposição ocupacional. Produto de uso pessoal e intransferível.Fabricada em 3 camadas no processo FNNS 60 - Duas Camadas de TNT 40g/m² + 1 Camada de SMS-Melt 20g/m² (SMS/Melt-Bonded/Spun-Bonded)- enbalagem individual	40 máscaras por mês, totalizando 480 unidades por posto de trabalho para 12 meses (02 máscaras diárias)	Cirurgião Dentista - Endodontista

a) Caberá a CONTRATADA fornecer, sem custos para os profissionais:

Especificações Mínimas	Periodicidade	Posto
01(um) crachá funcional por ano (todos os postos); Crachá de identificação na cor azul celeste, letras brancas, com foto, nome da empresa, nome	01 crachá a cada 12 meses	Todos os postos

Jaleco Manga Longa – em algodão- Uniforme ·Possui dois bolsos inferiores e um superior. ·Possui cinto nas costas. ·Fechamento com botões. Cor Branca Tamanhos P, M e G.	02(dois) jalecos a cada 06(seis) meses , totalizando 02 entregas no período contratual de 12 meses	Todos os postos
Gorro hospitalar ajustável, em tecido, algodão, <ul style="list-style-type: none"> Tamanho único e unissex: diâmetro 62 cm, altura 11 cm 	02 (dois) gorros a cada 06(seis) meses totalizando 02 entregas no período contratual de 12 meses	Todos os postos

15.3. A CONTRATANTE não irá admitir prestadores de serviço trabalhando sem os EPI's necessários a execução dos serviços, em caso de defeito este, deverá ser substituído, conforme a necessidade pela CONTRATADA, sem onus para a CONTRATANTE.

15.4. O primeiro conjunto de uniforme (jaleco e gorro) deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato.

15.5. Em até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer amostra dos conjuntos de uniforme (jaleco e gorro) , para que o Gestor/Fiscal do Contrato verifique a sua adequação às descrições previamente definidas pela CONTRATANTE, resguardando-se a CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados.

15.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante cautela ou comprovante de entrega aos funcionários, deverá ainda ser enviada cópia da documentação ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, em até 15 (quinze) dias, a contar da entrega.

16.INÍCIO DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá iniciar a execução do serviço até 15 (quinze) dias, após o recebimento da Ordem de Serviço podendo este prazo ser prorrogado, a pedido da Contratada e com autorização da Contratante.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1.Exigir que todos os profissionais que prestarão serviços nas unidades do SISP/AC, estejam inscritos em seus respectivos conselhos;

17.2.Promover a execução dos serviços de forma estabelecida pela CONTRATANTE, de modo a atender individualmente e/ou coletivamente, sem distinção de faixa etária e sexo;

17.3.Indicar e manter um Preposto com capacidade de tomada de decisões compatíveis com o compromisso assumido para interagir com os profissionais prestadores e com a Coordenação da CONTRATANTE, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional. Não sendo necessária a permanência deste nas unidades da Contratante, somente quando for acionado. O Preposto não poderá ser um dos demais profissionais contratados para a execução das atividades constantes neste Termo de Referência, pois não poderá haver acúmulo de funções, o que prejudicaria o desenvolvimento das atividades.

17.4.Comparecer às reuniões, quando for solicitada, com a Coordenação da CONTRATANTE, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir, a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades.

17.5.Apresentar à Coordenação-Geral, relatório trimestral das atividades desenvolvidas no ano, com base em indicadores de resultados, ressaltando aspectos positivos, oportunidades de alterações benéficas ao processo, e sugerindo medidas necessárias à melhoria dos serviços executados.

17.6.A Contratada deve realizar a prestação dos serviços em conformidade com as especificações e cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência/Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

17.7.Comunicar à Contratante, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.8.Ressarcir a administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da contratante, ou ainda, por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à mesma no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

17.9.Cumprir a carga horária pré-estabelecida em conformidade com o disposto no presente Termo de Referência de acordo com cada especialidade profissional;

17.10.Responsabilizar-se pelo pagamento dos proventos salariais aos profissionais contratados, cumprindo com regularidade o calendário mensal, bem como, assumindo encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Estado do Acre;

17.11.Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à contratante ou a terceiros, tendo como a gente a contratada, na pessoa de prepostos ou àqueles oriundos da Contratada (com procuração com esta finalidade);

17.12.Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da contratante;

17.13.Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

17.14.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.15.Manter o cadastro de todos os profissionais que atuam junto ao estabelecimento, devidamente atualizado perante o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) para fins de faturamento dos serviços prestados;

17.16.Informar ao CONTRATANTE qualquer alteração que importe perda, total ou parcial, dos requisitos profissionais ou pessoais exigidos como condição para a prestação dos serviços;

17.17.Apresentar documentação exigida, a qualquer tempo, seguindo os critérios determinados pelo CONTRATANTE para fins de manutenção da contratação.

17.18.Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem incorreções resultantes dos serviços ou de meios empregados;

17.19.Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do Contrato de acordo com art. 125, da Lei 14.133/2021

17.20.Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o respectivo arquivo, devendo participar das capacitações, reuniões de equipe, construção de projetos psicossociais e discussões de caso;

17.21.Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades profissionais, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

17.22.Garantir ao usuário a confidencialidade dos dados e das informações sobre sua assistência com base nos princípios éticos profissionais e da dignidade da pessoa humana, sob pena de ser responsabilizado legalmente;

17.23.Permitir acesso dos supervisores, auditores e outros profissionais, eventual ou permanentemente designados pela CONTRATANTE, através de equipe técnica indicadas pelas unidades do SISP/AC, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados;

17.24.Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação administrando produtos para saúde que não tenham registro na ANVISA e procedimentos que não sejam reconhecidos pelo CRM;

17.25.Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato, encaminhando cópia ao gestor do Contrato quando solicitado;

17.26.Não reutilizar produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de ser reprocessados, conforme disposto na Resolução - RE nº 2605, de 11 de Agosto de 2006 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

17.27.Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência de 48 horas, sempre que houver necessidade de substituição de qualquer dos profissionais, por motivo de desligamento destes e nos casos de ausência por motivos legais;

17.28.Apresentar, obrigatoriamente, nas substituições definitivas e nas superiores a 7 (sete) dias corridos, toda a documentação exigida nos Requisitos Profissionais;

17.29.Em caso de falta do profissional do posto a empresa deverá encaminhar profissional substituto para que as atividades não sejam interrompidas. Ressaltamos ainda que o substituto deverá apresentar os mesmos requisitos profissionais exigidos pela licitação;

17.30. Fornecer mensalmente ao CONTRATANTE uma cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados ao contrato e o comprovante do depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a comprovar o pagamento de salários, 13º salário, concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias e, quando cabível, vale-transporte e auxílio-alimentação, no prazo previsto em lei, bem como o comprovante de pagamento de contribuições previdenciárias e do FGTS, todos referentes ao mês anterior (art. 8º, XIII);

17.31. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis (art. 8º, XIV);

18.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1. Proporcionar os meios para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado;
- 18.2. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento da prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, TENDO A CONTRATADA ATENDIDO AOS REQUISITOS PREVISTOS NO CONTRATO;
- 18.3. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- 18.4. Notificar por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 18.5. Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, o qual fiscalizará cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 18.6. Fornecer à contratada a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário;
- 18.7. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato para fornecimento dos serviços, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 18.8. Prover a contratada os meios financeiros, conforme pactuado entre as partes, e a programar, nos exercícios subsequentes, os recursos necessários no orçamento, nos elementos financeiros específicos para custear o contrato, de acordo com o sistema de pagamento previsto;
- 18.9. Prestar esclarecimentos e informações à licitante vencedora, que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, sempre que solicitado, dirimindo as questões omissas neste instrumento, assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no Contrato;
- 18.10. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas do cumprimento do CONTRATO;
- 18.11. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 18.12. Desenvolver controle e avaliação periódica da Unidade por meio dos departamentos e órgãos competentes, com geração de relatório(s), observando “in loco” o desenvolvimento das atividades de assistência aos usuários - alvo de atenção do prestador, inspecionando documentos ou qualquer outro procedimento necessário para a verificação de sua pertinência, podendo:
- 18.13. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.
- 18.14. Outras providências necessárias serão determinadas pela Coordenação da CONTRATANTE.

19.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

19 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 19.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 19.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 19.5. Antes do início da execução do contrato, preferencialmente, deverá ser realizada uma reunião presencial nas dependências do CONTRATANTE ou on-line, acritério dos partícipes, conforme agendamento efetuado pelo(s) Gestor(es) do Contrato, com o objetivo de identificar as expectativas, levando informações, nivelar os atendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do objeto.
- 19.6. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Preposto, como representante da CONTRATADA, o(s) Fiscal(is) e o(s) Gestor(es) do Contrato, na qualidade de representantes do CONTRATANTE.
- 19.7. O disposto do subitem anterior não impede a participação de outros membros ou representantes da CONTRATADA ou do CONTRATANTE, se assim for desejável.
- 19.8. Durante a vigência do Contrato, poderão ser realizadas reuniões, entre o(s) Gestor(es) do Contrato e o Preposto ou outros representantes da CONTRATADA, com o objetivo de garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.
- 19.9. Essas reuniões realizar-se-ão nas dependências do CONTRATANTE ou on-line, a critério dos partícipes, conforme agendamento efetuado pelo(s) Gestor(es) do Contrato e/ou Fiscal(is).

19.10.Preposto

- a) Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado
- b) A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período solicitado pelo fiscal do Contrato.
- c) A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

19.11. FISCAL DO CONTRATO

1 São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

19.12. GESTOR DO CONTRATO

1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos;
2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

20- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

b) A empresa licitante deverá apresentar documento indicando o pessoal (mão de obra), das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que responsabilizará pelos trabalhos.

20.1. Documentos para apresentação na Contratação

a) O licitante deverá apresentar, no momento da Contratação, os seguintes documentos dos profissionais que prestarão os serviços: Registro de Graduação, devidamente reconhecido pelo MEC; cópia autenticada da inscrição no Conselho Regional de Classe, com a respectiva certidão de regularidade; comprovante de cadastro no programa CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, de acordo com o serviço solicitado, com vinculação possível para terceiros de Rio Branco, observando a carga horária máxima prevista no CNES para que haja possibilidade de contratação;

b) A comprovação de vínculo profissional pode ocorrer com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou contrato de trabalho devidamente registrado no Conselho Profissional da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

c) A contratada deverá estar adequadamente cadastrada no programa CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde para realização de serviços SUS, com profissionais e carga horária individual conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

21- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

21.1. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

21.2. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, cabendo-lhe dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo a licitante alegar posteriormente desconhecimentos de fatos, erros, omissão no preenchimento da planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

21.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. Após esse prazo, em nenhuma situação poderá mais ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvados os lances e as hipóteses destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

21.4. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

21.5. Ao formular a proposta de preço, as proponentes deverão atentar para que o valor unitário e mensal, bem como o valor global da proposta seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços mensais inexatos ou com mais de duas casas decimais e dificuldade na emissão da nota empenho e dos documentos fiscais.

21.6. Será considerada mais vantajosa para a Administração contratante e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência, apresentar o menor por ITEM.

21.7. No caso de ocorrer empate nas propostas apresentadas, os critérios utilizados para escolha do vencedor serão os estabelecidos no Edital e/ou na legislação que especifica o assunto.

21.8. As propostas devem ser apresentadas com validade de no mínimo 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, ou prazo inferior aos 120 (cento e vinte) dias esta será considerada válida pelo referido período.

21.9. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.

21.10. O salário-base e benefícios do cargo a serem apresentados na Proposta de Preços devem estar referidos em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou Lei que regem a categoria profissional, **se houver**; ou de categorias profissionais semelhantes, com indicação do Sindicato e registro no MTE, **na base territorial da prestação do serviço**. E nota explicativa para análise dos técnicos da SEJUSP.

21.11. Nos casos em que o salário mínimo vigente seja maior que o apresentado na convenção coletiva de trabalho, este seja utilizado como base nas planilhas de composição de custos.

22.DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

22.1. Após a rodada de lances o pregoeiro (a) deverá suspender o processo para que empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar apresente, em até 02 (dois) dias úteis, sua Planilha de Composição de Custos adequada ao último lance, juntamente com a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento apto a comprovar o RAT ajustado informado em sua planilha de custos que serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP, para análise e emissão do Parecer Técnico.

22.2. Será concedida à empresa correção/readequação da planilha, desde que não altere o valor da proposta;

22.3. O objeto da licitação será adjudicado após a verificação de que os preços dos itens/subitens se encontram em conformidade com a margem de referência estimada pela Administração contratante, o que deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar da

aprovação das planilhas de custos e formação de preços.

22.4.Na composição dos custos, as licitantes deverão prever na elaboração de sua proposta: remuneração dos profissionais que prestarão os serviços, encargos sociais, benefícios, custos administrativos, insumos, remuneração da empresa e despesas fiscais, incidentes sobre a referida remuneração e demais custos pertinentes.

22.5.A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

22.6.Serão desclassificadas as propostas que:

a)Que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

b)Que não atenderem às exigências do presente Termo de Referência e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

c)Que contenham ilegalidades.

d)Que apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pela SEJUSP ou incompatíveis com os valores de mercado, assim considerados aqueles que ultrapassarem o valor mensal do serviço orçado pela Administração contratante, conforme item 9.1, “c”, do ANEXO VII-A, da IN 05/2017 e/ou não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

e) Serão ainda desclassificadas as licitantes que não apresentarem, quando convocadas, a Planilha de Composição dos Custos, em conformidade com as disposições fixadas pela Administração.

f) Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo pregoeiro.

22.7.Não será aceita proposta ou lance que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado.

22.8.A Divisão de Compras e Licitações- DIVCL/SEJUSP, poderá disponibilizar modelo de Planilha de custo e formação de preços Editável em Excel para empresas, que podem solicitar através de email encaminhado para: compras.sejuspac@gmail.com.

23 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

24. Das Pessoas Impedidas de Participar da Licitação

24.1 – Estará impedida de participar deste processo licitatório a pessoa que:

- a) Esteja com o direito de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação. Exceto as empresas que estejam com plano de recuperação homologado ou decisão judicial;
- b) Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Estadual;
- c) Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;
- d) Tenha agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- e) Não contenha no seu CONTRATO ou estatuto social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste PREGÃO;
- f) Seja empresa ou instituição vinculada ao Estado do Acre;
- g) Que esteja reunida em consórcio sob qualquer forma ou constituição;
- h) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, constante no portal da internet www.portalttransparencia.gov.br/ceis;

i) Que se constitua na forma de Cooperativa de prestação de serviços, considerando a necessidade de vinculação trabalhista nas atividades a serem prestadas, consoante PARECER JURÍDICO PGE/PA Nº 143/2018 e Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que dispõe o seguinte:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

25-DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

25.1.O objeto da licitação requer a utilização de mão de obra em regime de subordinação, bem como pessoalidade e habitualidade, dessa forma não será permitida a participação de cooperativas. Tal restrição fundamenta-se na Lei 12.690/2012 que permite a participação de cooperativas em licitação, mas excepciona quando pela natureza do objeto, houver subordinação de mão de obra, é o que se extrai do art. 10, §2º c/c art. 5º da citada lei.

25.2. Ressalta-se ainda o Acórdão 2260/2017 – Primeira Câmara do TCU que consubstancia o assunto:

“A permissão à participação de cooperativas em licitações que envolvam terceirização de serviços com subordinação, pessoalidade e habitualidade afronta os arts. 4º, inciso II, e 5º da Lei 12.690/2012, a Súmula TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre a União e o Ministério Público do Trabalho, de 5/6/2003, e o art. 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008. A aparente economicidade dos valores ofertados pelo licitante nesses casos não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração Pública advindo de eventuais ações trabalhistas.”

25.3. Nesse sentido, temos reiteradas decisões da Corte de Contas Federal (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário) que culminaram com a publicação da Súmula nº 281, TCU que veda a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

26.Contingenciamento dos Encargos Trabalhistas

26.1.A entidade contratante fará o contingenciamento dos encargos trabalhistas, relativos ao 13º Salário; Férias e um terço constitucional de férias; Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa, em cumprimento ao disposto no Anexo IV do Decreto Estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016, conforme percentuais descritos na tabela abaixo

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS A SEREM APLICADOS SOBRE A REMUNERAÇÃO
--

Item	Percentual		
13º Salário	8,33%		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4%		
Subtotal	24,43%		
Incidência do submódulo 2.2 da IN 05/2017 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º salário	7,39%	7,60%	7,82%
Total de encargos a contingência	31,82%	32,03%	32,25%

*Considerando as alíquotas de contribuição de 1%, 2% ou 3% referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

26.2 Os valores serão retidos do valor mensal do contrato e depositados em Instituição Financeira em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, que deverá ser aberta pela administração contratante no prazo de **20 (vinte) dias da assinatura do contrato** e deixará de compor o valor de pagamento mensal à empresa contratada.

26.3 Os depósitos deverão ser efetuados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa contratada, com a finalidade única de custear as verbas listadas no subitem 34.1 e será movimentada somente mediante a autorização da entidade contratante.

26.4 O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

26.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

26.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

26.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

26.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

26.5 Para a assinatura do Contrato de prestação de serviços os seguintes atos deverão ser precedidos: 34.5.1 Solicitação da entidade contratante à Instituição Financeira, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação e em nome da empresa contratada;

26.5.2 Assinatura pela empresa contratada, no ato da regularização da contadepósito vinculada – bloqueada para movimentação, de termo específico da Instituição Financeira que permita à entidade contratante ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da entidade contratante.

26.6.As demais disposições que norteiam a abertura e regulam o uso da conta-depósito vinculada – bloqueada pra movimentação aberta em nome da empresa contratada estão descritas no Anexo IV – Roteiro para Provisionamento de Valores – do Decreto Estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016 .

26.7 Fica esclarecido que as provisões realizadas pela Contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata o Anexo IV do Decreto Estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016, em relação a mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do Contrato e somente serão depositados pela Contratante em corrente vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço, **após a celebração de acordo de cooperação técnica com instituição bancária oficial**, recebimento de orientações pela Administração sobre os procedimentos operacionais a serem adotados e, alocação de servidores para a nova atividade, treinamento dos mesmos e desenvolvimento de controles

27.Da Procuração para acesso às informações trabalhistas/previdenciárias

27.1,A Contratada deverá conferir poderes à Contratante, através de PROCURAÇÃO, para acessar informações relativas a tributos, contribuições sociais, previdências, FGTS, e outros encargos devidos;

27.2 A PROCURAÇÃO deverá conter, ainda, poderes específicos para solicitar certidões e declarações, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Agente Operador do FGTS, de toda e qualquer informação relativa às verbas trabalhistas/previdenciárias referentes ao quadro de empregados.

28. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

28.1. Após o encerramento da etapa competitiva as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

28.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação á licitante melhor classificada.

28.1.2. Havendo uma ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao da licitante vencedora, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

28.1.3. Esta ordem de classificação das licitantes registradas deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso a melhor colocada no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado

29. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a)O valor estimado de referência deste processo **terá caráter sigiloso** a fim de que a(s) proposta(s)/lance(s) não seja(m) influenciado(s) pelo conhecimento do orçamento que a Administração dispõe para a contratação do objeto licitado e, ainda, para evitar sobrepreço.

b)O valor estimado dos itens **será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances** , sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 14.133/2021.

30. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Programa de Trabalho: 71900106183228621580000 e 71963706183143111120000

Elemento de Despesa: 33.90.39.00

Fonte de Recurso: 15000100 e 17130700

31.DAS AÇÕES DA SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

31.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

31.2.As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados na execução da atividades dos postos de trabalho.
- e) Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- f) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

31.3.A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

31.4. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.

31.5. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

32.ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

32.1. A Empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do seu objeto, conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/93.

33.REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

33.1.Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

33.2. interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado (não havendo Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva da categoria): a partir da apresentação da proposta.

33.3.Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

a)Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente de emissão de Termo Aditivo.

- 33.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 33.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 33.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 33.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 33.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 33.9. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 33.10. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado (não havendo Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva da categoria), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, com base na seguinte fórmula
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajustamento procurado;
- V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
- I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento
- 3.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento (INPC), o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 3.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 33.13. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 33.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 33.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 33.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 33.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

33.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

33.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou a Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

33.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

33.21. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

33.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

33.23. A repactuação de preços será formalizada por Termo Aditivo.

33.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

33.25. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

33.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

a) A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por Termo Aditivo

34. REVISÃO DOS PREÇOS

34.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

34.2. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela Empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da Administração contratante. Em sendo, concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.

34.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

34.4. Fica facultado à Administração contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Empresa contratada.

34.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Empresa contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

34.6. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado

35- VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Considerando o nível de complexidade dos serviços ora demandados, não se justifica a constituição de consórcios para atender a demanda da Administração, motivo pelo qual não será admitida a participação de empresas em consórcio.

36- DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em

observância ao princípio da isonomia, neste processo licitatório, a participação de Instituições sem Fins Lucrativos.

37.REGIME DE TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

37.1.A empresa optante pelo Simples Nacional **não poderá** gozar, neste processo, de nenhum benefício tributário na condição de optante, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Presumido ou Lucro Real).

37.2. A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art.30, inciso II e o art.31, inciso II, da Lei Complementar nº123, de 2006.

37.3.A empresa optante pelo Simples Nacional deverá apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, com as exceções previstas de limpeza, conservação e vigilância), à Receita Federal do Brasil – RFB no prazo previsto no art.30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº123, de 2006 (até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a vedação).

37.4.No caso de não apresentação da cópia do ofício, no prazo estabelecido acima, o órgão contratante deverá representar à RFB do domicílio tributário da empresa contratada, juntando a documentação pertinente, para fins de sua exclusão de ofício e aplicação da multa prevista no art. 3º, § 3º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 15, de 2007, se entender cabível

38.DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

38.1.As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

38.2.Para efeitos legais, a SEJUSP, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a Contratada será a Controladora destes;

38.3.O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à Contratada, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;

38.4.Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da SEJUSP, com a responsabilização da Contratada na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste processo, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;

38.5. A Contratada deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade da SEJUSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item;

38.6. A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela Contratada após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

- a)Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- b)Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c)Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

38.7.A Contratada cooperará com a SEJUSP no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgão de controle administrativo em geral;

38.8. O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pela SEJUSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

38.9. Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável na SEJUSP para que decida previamente sobre a questão;

38.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

39.Da comprovação de Patrimônio Líquido.

a)O licitante deverá comprovar através de seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#)

40. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

40.1. DA MODALIDADE

Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

40.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por ITEM

40.3. REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

41. ELABORAÇÃO:

Kátia Maria Oliveira da Costa

Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DIVCL/SEJUSP

PORTARIA SEJUSP nº 462, de 09/08/2023

Matrícula 291463-2

ANEXO 01- Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preços

42. APROVAÇÃO:

Vistos os autos, no uso de minhas atribuições, conferidas por meio do Decreto nº 10-P , de 01/01/2023, publicado no DOE nº 13.443, de 02/01/2023, p. 7;

APROVO o presente Termo de Referência e seus anexos.

JOSÉ AMÉRICO DE SOUZA GAIA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
Decreto Estadual nº 10-P, de 01/01/2023.

Anexo 01 - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

Nº Processo		
Licitação Nº		
Dia __/__/__ às __: __ horas		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Local da prestação do serviço	Conforme Ordem de Serviço
D	Ano acordo, Convenção ou Sentença Normativa em dissídio coletivo.	
E	Nº de meses de execução contratual	12 (doze) meses
F	Regime de Tributação (preencher com o regime de tributação da empresa)	
G	Fator Acidentário de Prevenção - FAP (preencher com o índice da FAPWEB)	
H	FPAS (preencher com o código que identifica a atividade econômica)	
I	CNAE Fiscal (preencher utilizando o padrão XXXX-X/XX)	
J	Sindicato da categoria profissional	

K	Licitante	
----------	-----------	--

Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço	Unidade de medida	Local	Qtd. de Posto p/ Registro
	POSTO		

Mão de obra
Mão de obra vinculada às execução contratual

1. Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2. Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	
3. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
4. Salário Normativo da Categoria Profissional	
5. Salário Mínimo Vigente	
6. Sindicado da Categoria Profissional	
7. Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 – Composição da Remuneração		
Composição da Remuneração		
	%	Valor R\$
A – Salário Base		
B – Adicional de Periculosidade (Não se aplica)		
C – Adicional de Insalubridade		
D – Adicional Noturno (não se aplica)		
E - Adicional de Hora Noturna Reduzida (não se aplica)		
F – Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado (não se aplica)		
G – Outros (Especificar)		
Total da Remuneração		R\$

Obs. 01: Para o Salário Base observar que deve ser maior que o salário mínimo vigente no país.

Obs.02: A licitante deverá incluir na sua planilha de composição de custos a **insalubridade em percentual de 20% (vinte por cento)**

para os postos de **Cirurgião Dentista, Biomédico, Pediatra e Ginecologista**. Esclarecemos, no entanto, que após a assinatura do Contrato,

para fins de pagamento mensal, a Contratada deverá apresentar, para a fiscalização do Contrato; **Laudo com resultado de perícia técnica**

realizada por profissional habilitado, visando a determinação do percentual a ser considerado pela SEJUSP (5%, 10% ou 20%).

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1.	13º Salário, Férias e Adicional de férias	Percentual (%)	Valor R\$
A	13º Salário	8,33%	
B	Férias e Adicional de férias	12,10%	
Total		20,43%	

Base de Cálculo do Submódulo 2.2

BASE DE CÁLCULO PARA O SUBMÓDULO 2.2 (incide sobre o módulo 1 + o submódulo 2.1)	Modulo 1	R\$
	Submódulo 2.1	R\$.....
	Total	R\$

Submódulo 2.2. Encargos previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições

--

2.2.	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor R\$
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	RAT AJUSTADO (RAT = 2 x FAP = 0,8816)%	
D	SESI ou SESC	1,50%	
E	SENAI ou SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total	%	

Submódulo 2.3- Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor R\$
A	PCMSO, PPRA e CIPA - (NÃO SE APLICA-CUSTOS INDIRETOS)	00	00
B	Programa de Qualif. do Trabalhador - NÃO SE APLICA-CUSTOS INDIRETOS)	00	00
C	Vale - Transporte Cálculo: [total de deslocamentos de ida e volta x valor da passagem x dias trabalhados no mês] – (salário-base x 6%) (valor da passagem R\$ 3,50) 22 dias trabalhado (44 vales) Obs.: (No Caso de CÁLCULO com RESULTADO NEGATIVO, considerar Zero	----	
D	Auxílio Alimentação		
E	Auxílio Funeral		
F	Seguro de Vida		
G	Estojes de 1º Socorros -(NÃO SE APLICA-CUSTOS INDIRETOS)	00	00
Total		-----	

Observação: Vale Transporte(A): Não se aplica para LOCALIDADES SEM TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR, CASO DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL

Submódulo 2.4. – INTRAJORNADA			
2.4.	Intervalo Intra jornada do Titular	Percentual %	Valor R\$
A	Intra jornada – NÃO SE APLICA	00	00

Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de férias	20,43%	R\$
2.2	(GPS), FGTS e outras contribuições%	R\$
2.3.	Benefícios Mensais e Diários	-----	R\$
2.4.	Intervalo Intra jornada do titular	00%	00
Total Módulo 2	%	

Base de Cálculo para Módulo 03

Base de Cálculo para o Módulo 3	Aviso Prévio Indenizado-API	Módulo 1	R\$	
		Submódulo 2.1	R\$.....	
		ALÍNEA 2.2.H (FGTS)	R\$.....	
		Submódulo 2.3.	R\$.....	
		Submódulo 2.4.	R\$.....	
		Módulo 1	R\$.....	

	Aviso Prévio Trabalhado-APT	Módulo 2	R\$.....	
	Multa do FGTS Sobre o API e APT	Módulo 1	R\$.....	
		Submódulo 2.1.	R\$.....	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3.	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor R\$
A	Aviso Prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)%	
F	Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	2,00%	
Total	%	

Base de Cálculo Módulo 4

BASE DE CÁLCULO DO MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3	Modulo 1	R\$
	Modulo 2	R\$.....
	Módulo 3	R\$
	TOTAL	R\$

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1.	Substituto nas ausências legais (alterado pela IN 07/18)	Percentual (%)	Valor R\$
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,00%	00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,56%	R\$.....
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade (IN 07/18)	0,03%	R\$.....
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho (IN 07/18)	0,33%	R\$.....
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,06%	R\$.....
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	00%	00
Subtotal		0,98%	

Observação para o ITEM 4.1: Esses custos poderão ser glosados durante a execução do contrato, caso não ocorra a substituição necessária do profissional residente nas hipóteses de afastamentos motivados por férias, faltas legais, auxílio doença, licença maternidade, licença paternidade e ausência por acidente de trabalho

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Intervalo Intrajornada do Titular	Percentual %	Valor R\$
A	Substituto na Cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação (IN 07/18)- não se aplica	00	00

Quadro – Resumo do Módulo 4			
4	Módulo 4- Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor R\$
4.1.	Substituição nas ausências legais (IN 07/18)	0,98%	R\$
4.2.	Substituição na Intrajornada (IN 07/18)	00,00%	00
Total		0,98%	R\$.....

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5.	Insumos Diversos	Percentual (%)	Valor R\$
A	Uniformes	----	
B	EPI's	-----	
C	Materiais - NÃO SE APLICA	-----	00
D	Utensílios - NÃO SE APLICA	----	00
E	Equipamentos - NÃO SE APLICA	----	00
F	Crachá	----	
Total			

Para o Módulo 5, observar ITEM 15 do Termo de Referência

Base de Cálculo para o Módulo 6

<p style="text-align: center;">BASE DE CÁLCULO DO MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5</p>	Modulo 1	R\$
	Modulo 2	R\$.....
	Módulo 3	R\$
	Módulo 4	R\$
	Módulo 5	R\$
	TOTAL	R\$

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
6.	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual (%)	Valor R\$
A	Custos Indiretos	%	R\$
B	Lucro	%	R\$
	Subtotal	%	R\$
	FATURAMENTO		CÁLCULO POR DENTRO/BASE DE CÁLCULO	R\$.....
	Tributos	8,65%	0,9135	R\$
C	C1.Tributos Federais			
	C.1.A (PIS)		0,65%	R\$
	C.1.B (COFINS)		3,00%	R\$
	C.1.C (CPRF INSS -Patronal - Lei 12.546/2021)		0,00%	R\$
	C.2 Tributos Estaduais (Especificar)			
	C2-A (xxxxx)		0,00%	0,00
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISSQN)		5,00%	
	Soma dos Tributos		8,65%	R\$
Total do Módulo 6				R\$

Quadro – Resumo do Custo Por Empregado		
	Mão –de-obra vinculada à execução contratual(valor por empregado)	Valor R\$
A	Módulo 1 – Remuneração	R\$
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$

Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$
	Valor Total por empregado	R\$

Quadro - Resumo do Valor dos Serviços					
Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtd. de empregados por posto de trabalho (C)	Valor proposto por posto de Trabalho (D) = (B) x (C)	Qtde de postos de trabalho p/ Registro (E)	Valor mensal do serviço (F) = (D) x (E)
.....	R\$	01	R\$		

Quadro Demonstrativo do Valor Global da Proposta		
Alínea	Descrição	Subtotal (R\$)
A	Valor proposto por posto de trabalho	
B	Quantidade de postos de trabalho	
C	Valor mensal do serviço	
D	Nº de Meses do Contrato	12
VALOR GLOBAL DO SERVIÇO (Valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)		



Documento assinado eletronicamente por **KATIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA, Chefe(a) de Divisão**, em 08/01/2026, às 18:04, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018972876** e o código CRC **5B54F600**.

Referência: Processo nº 0819.012803.00084/2025-76

SEI nº 0017780649

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0819.012803.00084/2025-76

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº/2025

Processo SEI 0819.012803.00084/2025-76

Validade da Ata: 12 (meses) contada da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período

O ESTADO DO ACRE, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., sediada na Rua Benjamin Constant, 1015, Centro, Rio Branco-Acre, neste ato por seu Secretário o Sr., no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto no/....., de .../.../..., publicado no Diário Oficial do Estado nº, de/...../....., RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviços continuados nas áreas de Endodontia, Ginecologia, Pediatria, Nutrição e Biomedicina, para Rio Branco e Cruzeiro do Sul, destinado ao Centro Integrado de Apoio Biopsicossocial-CIAB/SEJUSP, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC), Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC e Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. São partes integrantes desta Ata o Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº/2025, e a proposta da empresa vencedora, independente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:.....Pessoa Jurídica de Direito Privada, inscrita no CNPJ nº, endereço Rua....., nº, Bairro:, cidade..... Neste ato representada pelo Sr....., portador do RG nº e inscrito no CPF nº, residente e domiciliado na cidade de

3 - DOS ITENS DA LICITAÇÃO:

ITEM (1)	OBJETO (2)	UNIDADE (3)	QUANTIDADE DE MESES (4)	QTD p/ contratação (5)	QTD p/ REGISTRO (6)	VALOR UNITÁRIO R\$ (7)	VALOR MENSAL R\$ (8) = (7) x (6)	VALOR ANUAL POR POSTO R\$ (9) = (7) x (4)	VALOR TOTAL DO REGISTRO R\$ (10) = (9) x (6)
-------------	---------------	----------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	---------------------------------	--	---	--

01	<p>Serviços terceirizados na área de endodontia</p> <p>(Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	02	04				
02	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Ginecologia</p> <p>(Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
03	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Pediatria</p> <p>(Médico Especialista (Pediatria) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				

04	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Nutrição</p> <p>(Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
05	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Biomedicina</p> <p>(Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
06	<p>Serviços terceirizados na área de endodontia</p> <p>(Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	04				

07	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Ginecologia</p> <p>(Médico Especialista (Ginecologista) -20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				
08	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Pediatria</p> <p>(Médico Especialista (Pediatria) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				
09	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Nutrição</p> <p>(Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				

10	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais) Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC	POSTO	12	01	02				
TOTAL LOTE 01									R\$

3.1.Nota Explicativa:

PARA TODOS OS ITENS (01, 02, 03, 04, 05,06,07,08,09 e 10): O Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna " 09" (valor anual por posto), que será o valor referencial para o julgamento da proposta; serão desclassificadas as empresas que não estiverem de acordo com o critério estabelecido, conforme memória de cálculo abaixo:

a) A Coluna "09" (valor anual do posto) se dá da multiplicação do valor unitário por posto (coluna "07") x 12 meses (coluna "04")

b.2)A Coluna "10" (valor total do registro) se dá da multiplicação da coluna "06" (Quantidade para Registro) x Coluna "09" (Valor Anual por Posto)

c) A formulação dos lances também deverá obedecer a este mesmo critério, ressaltamos que a aplicação deste método se dá em razão de impossibilidade de cadastramento de pregão eletrônico com critério de julgamento utilizando concomitantemente quantidades, prazos e valores.

3.2. QUANTITATIVOS DOS POSTOS PARA CONTRATAÇÃO POR UNIDADES DO SISP/ACRE:

CIDADE DE RIO BRANCO

ITEM	OBJETO	ORGÃO	QTD POR ÓRGÃO
01	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC	01
		Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
02	Serviços terceirizados na área de Ginecologia (Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
03	Serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatria) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
04	Serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

05	Serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

CRUZEIRO DO SUL

ITEM	OBJETO	ORGÃO	QTD POR ÓRGÃO
06	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC	01
		Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
07	Serviços terceirizados na área de Ginecologia (Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
08	Serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatria) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
09	Serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
10	Serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

3.3. Para execução do objeto do Presente Termo, será registrado o quantitativo identificado na coluna 06 (Quant. p/ Registro), da tabela do item 3.

3.4. A SEJUSP não estará obrigada a contratar os quantitativos dispostos na tabela do item 3, devendo contratar de acordo com sua necessidade.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

- 5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 5.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item
- 5.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. VEDAÇÃO AACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

- 6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 7.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.
- 7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 7.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.5. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 7.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 7.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 7.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 7.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 7.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 7.9. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 7.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 7.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 7.12. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

7.13. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.16. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.17. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.18. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

7.19. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.20. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

7.21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

9.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no

Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Órgão Gerenciador
CONTRATANTE

Representante Legal
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **KATIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA, Chefe(a) de Divisão**, em 15/10/2025, às 08:37, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0017780694** e o código CRC **85BC30C5**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº 432/2025/SEJUSP - DIVCL

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO/SEJUSP/ Nº/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO
ACRE, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DE ESTADO
DE JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA-
SEJUSP, O FUNDO
ESTADUAL DE
SEGURANÇA
PÚBLICA/FUNDESEG, E A
EMPRESA**

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2025

PROCESSO SEI Nº/2025

O **ESTADO DO ACRE**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SEJUSP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, o **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/FUNDESEG**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, ambos com sede na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, neste ato representados pelo Secretário o Senhor, portador do RG nº, inscrito no CPF nº, domiciliado neste município, nomeado por meio do Decreto nº., de, publicado no D.O.E. nº, de, p. doravante denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado a empresa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n.º, com sede na Rua, bairro....., cidade....., neste ato representada pelo Senhor, portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF nº, residente e domiciliado em, doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e Decreto Estadual nº 11.363/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados nas áreas de Endodontia, Ginecologia, Pediatria, Nutrição e Biomedicina, para Rio Branco e Cruzeiro do Sul, destinado ao Centro Integrado de Apoio Biopsicossocial-CIAB/SEJUSP, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC), Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC e Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública, c onforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 - DOS QUANTITATIVOS

ITEM (1)	OBJETO (2)	UNIDADE (3)	QUANTIDADE DE MESES (4)	QTD p/ contratação (5)	QTD p/ REGISTRO (6)	VALOR UNITÁRIO R\$ (7)	VALOR MENSAL R\$ (8) = (7) x (6)	VALOR ANUAL POR POSTO R\$ (9) = (7) x (4)	VALOR TOTAL DO REGISTRO R\$ (10) = (9) x (6)
-------------	---------------	----------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	---------------------------------	--	---	--

01	<p>Serviços terceirizados na área de endodontia</p> <p>(Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	02	04				
02	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Ginecologia</p> <p>(Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
03	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Pediatria</p> <p>(Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				

04	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Nutrição</p> <p>(Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
05	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Biomedicina</p> <p>(Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Rio Branco-AC</p>	POSTO	12	01	02				
06	<p>Serviços terceirizados na área de endodontia</p> <p>(Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	04				

07	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Ginecologia</p> <p>(Médico Especialista (Ginecologista) -20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				
08	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Pediatria</p> <p>(Médico Especialista (Pediatria) - 20 (vinte) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				
09	<p>Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Nutrição</p> <p>(Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)</p> <p>Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC</p>	POSTO	12	01	02				

10	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais) Local de prestação dos serviços: Cruzeiro do Sul -AC	POSTO	12	01	02				
TOTAL LOTE 01									R\$

1.3.Nota Explicativa:

PARA TODOS OS ITENS (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10): O Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna " 09" (valor anual por posto), que será o valor referencial para o julgamento da proposta; serão desclassificadas as empresas que não estiverem de acordo com o critério estabelecido, conforme memória de cálculo abaixo:

a) A Coluna "09" (valor anual do posto) se dá da multiplicação do valor unitário por posto (coluna "07") x 12 meses (coluna "04")

b.2)A Coluna "10" (valor total do registro) se dá da multiplicação da coluna "06" (Quantidade para Registro) x Coluna "09" (Valor Anual por Posto)

c) A formulação dos lances também deverá obedecer a este mesmo critério, ressaltamos que a aplicação deste método se dá em razão de impossibilidade de cadastramento de pregão eletrônico com critério de julgamento utilizando concomitantemente quantidades, prazos e valores.

1.4. QUANTITATIVOS DOS POSTOS PARA CONTRATAÇÃO POR UNIDADES DO SISP/ACRE:

CIDADE DE RIO BRANCO

ITEM	OBJETO	ORGÃO	QTD POR ÓRGÃO
01	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC	01
		Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
02	Serviços terceirizados na área de Ginecologia (Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
03	Serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

04	Serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
05	Serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

CRUZEIRO DO SUL

ITEM	OBJETO	ORGÃO	QTD POR ÓRGÃO
06	Serviços terceirizados na área de endodontia (Cirurgião Dentista - Endodontista - 20 (vinte) horas semanais)	Polícia Militar do Estado do Acre-PMAC	01
		Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC	01
		Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
07	Serviços terceirizados na área de Ginecologia (Médico Especialista (Ginecologista) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
08	Serviços terceirizados na área de Pediatria (Médico Especialista (Pediatra) - 20 (vinte) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
09	Serviços terceirizados na área de Nutrição (Nutricionista - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01
10	Serviços terceirizados na área de Biomedicina (Biomédico - 30 (trinta) horas semanais)	Corpo de Bombeiros Militar-CBMAC	01
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP (CIAB)	01

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Termo de Referência;

- 2.1.2. O Edital da Licitação;
- 2.1.3. A Proposta da contratada;
- 2.2. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA VIGÊNCIA

- 3.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O Contratante poderá rescindir o contrato, sem qualquer ônus, caso a legislação vigente venha a ser modificada quanto ao processo de contratação específica.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata a subcláusula anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Ocorrendo a resolução do contrato com base na condição estipulada na subcláusula anterior, CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

3.2. DA EFICÁCIA

- 3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- 3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
 - a) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
 - b) 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO

- 1.A prestação dos serviços ocorrerá nos locais indicados nas Ordens de Serviços emitidas pela Contratante nas cidades de Rio Branco para os itens 01, 02, 03,04 e 05; e cidade de Cruzeiro do Sul para os itens 06,07,08,09 e 10.
- 2 As jornadas descritas de 30 e 20 horas semanais, serão realizadas diurnas e de segunda a sexta.
- 3.Os materiais e insumos a serem empregados durante a prestação dos serviços, bem como os demais funcionários e corpo técnico serão fornecidos pela unidade do SISP/Acre na qual serão executados os serviços.
- 4.Os atendimentos realizados pelos profissionais deverão ser diariamente registrados e controlados pela fiscalização do Contrato, sob pena de substituição do profissional que omitir o registro dos atendimentos realizados;
- 5.O profissional deverá orientar-se pelas normas de comportamento e técnicas pertinentes à atividade a ser desempenhada, em observância aos princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, utilizando todos os meios ao seu alcance para prestar atendimento de qualidade e respeito aos pacientes, mantendo a harmonia com os colegas e funcionários no ambiente de trabalho;

4.3. PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 4.3.1. A Contratada deverá iniciar a execução do serviço até 15 (quinze) dias, após o recebimento da Ordem de Serviço e Nota de Empenho, podendo este prazo ser prorrogado, a pedido da Contratada e com autorização da Contratante.

4.4. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.4.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

4.4.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

4.4.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

4.4.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista no Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DOS UNIFORMES E EPI'S

Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem custos para os profissionais, observando as atribuições dos postos, e em conformidade com o item 15 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

6.1. A CONTRATANTE fará o contingenciamento dos encargos trabalhistas, relativos ao 13º Salário; Férias e um terço constitucional de férias; e Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa, em cumprimento ao disposto no Anexo IV do Decreto Estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016, conforme percentuais descritos na tabela abaixo:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS A SEREM APLICADOS SOBRE A NOTA FISCAL;

Item	Percentual		
13º Salário	8,33%		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10%		
Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado.	4%		
Subtotal	24,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 da IN 05/2017 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º salário*	7,37%	7,60%	7,80%
Total de encargos a contingenciar	31,80%	32,03%	32,25%

***Considerando as alíquotas de contribuição de 1 %, 2% ou 3% referentes ao grau de risco acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991.**

6.2. Os valores serão retidos do valor mensal do contrato e depositados em Instituição Financeira em conta-deposito vinculada - bloqueada para movimentação, que deverá ser aberta pela CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias da assinatura do contrato e deixara de compor o valor de pagamento mensal a CONTRATADA.

6.3. Os depósitos deverão ser efetuados em conta-deposito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome da CONTRATADA, com a finalidade única de custear as verbas listadas no subitem 20.1 desta cláusula, e será movimentada somente mediante a autorização da CONTRATANTE.

6.4. O montante dos depósitos da conta-deposito vinculada – bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- 13º (decimo terceiro) salário;
- Férias e um terço constitucional de férias;
- Multa do FGTS para as rescisões sem justa causa; e
- Encargos sobre férias e 13º (decimo terceiro) salário.

6.5. Para a assinatura do Contrato de prestação de serviços os seguintes atos deverão ser precedidos:

6.5.1. Solicitação da CONTRATANTE à Instituição Financeira, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e em nome da CONTRATADA;

6.5.2. Assinatura pela CONTRATADA, no ato da regularização da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, de termo específico da Instituição Financeira que permita a CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados a autorização da CONTRATANTE.

6.5.3. As demais disposições que norteiam a abertura e regulam o uso da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome da CONTRATADA estão disponíveis no Manual da Conta Vinculada - 2021, elaborado pela PGE, que dispõe sobre as orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada bloqueada para movimentação, nos termos do Decreto Estadual n. 4.735, de 17 de maio de 2016, publicado no DOE nº 13.046 de 18 de maio de 2021.

6.5.4. Fica esclarecido que as provisões realizadas pela CONTRATANTE para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata o Manual da Conta Vinculada - 2021, em relação a mão de obra DA CONTRATADA para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do Contrato e somente serão depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço, após a celebração de acordo de cooperação técnica com instituição bancária oficial.

6.5.5. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-deposito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

6.5.6. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-deposito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato.

6.5.7. Na situação do subitem acima, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela CONTRATANTE, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-deposito vinculada, que será encaminhada a Instituição Financeira no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

6.5.8. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

6.5.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-deposito será liberado a respectiva titular no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. PREPOSTO

7.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.7. FISCAL DO CONTRATO

7.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

7.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

7.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

- 7.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 7.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 7.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 7.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 7.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 7.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 7.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 7.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 7.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 7.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 7.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 7.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 7.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 7.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 7.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 7.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 7.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 7.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 7.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 7.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 7.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 7.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

7.8. GESTOR DO CONTRATO

- 7.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 7.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 7.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 7.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 7.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 7.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 7.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 7.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 7.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem

fiscalizá-lo;

7.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

7.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

7.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

7.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

7.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassem o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

7.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

7.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

7.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

7.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas

7.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

7.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

7.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

7.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

7.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

10.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

10.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Administração contratante deverá comunicar à Empresa contratada para que esta emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre o valor glosado pela Administração contratante.

10.4.A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a Empresa contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- c) Não fornecer os benefícios previstos no Acordo Coletivo de Trabalho em conformidade com a quantidade cotada na planilha de custos que deverão ser comprovados a cada 30 (trinta) dias, exibindo, sempre que solicitado as respectivas comprovações. Os benefícios cujos pagamentos não forem comprovados sofrerão a devida glosa por ocasião do faturamento

10.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

a) FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FUNDESEG

b) CNPJ/MF sob o nº 27.531.200/0001-27

c) com sede na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, CEP 69900-064

10.6. A empresa contratada deverá apresentar o documento fiscal acompanhado das seguintes comprovações, sob pena de multa:

10.7. comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

10.8. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10.9. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

10.10. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Benjamin Constant, nº. 1015 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-064, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

10.11. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

10.12. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

10.13. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

10.14. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10.15.O pagamento à CONTRATADA pelo CONTRATANTE pelos serviços efetivamente prestados não se confunde com a obrigação da CONTRATADA do pagamento da remuneração aos seus empregados, cujo prazo é definido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Assim, não cabe alegação de que primeiro o CONTRATANTE deve pagar pelos serviços prestados para posteriormente a CONTRATADA efetivar o pagamento aos seus empregados;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS

11.1.REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

1.Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

2. interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado (não havendo Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva da categoria): a partir da apresentação da proposta.

3.Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

a)Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente de emissão de Termo Aditivo.

4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

6.É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

9.A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

10.Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado (não havendo Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva da categoria), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, com base na seguinte fórmula

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

11.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento (INPC), o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado

o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

13. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou a Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

21. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

23. A repactuação de preços será formalizada por Termo Aditivo.

24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

25. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

a) A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por Termo Aditivo

11.2 REVISÃO DOS PREÇOS

1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

2. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela Empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da Administração contratante. Em sendo, concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do

pedido.

3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
4. Fica facultado à Administração contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Empresa contratada.
5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Empresa contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
6. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Proporcionar os meios para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado;
- 12.2. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento da prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, TENDO A CONTRATADA ATENDIDO AOS REQUISITOS PREVISTOS NO CONTRATO;
- 12.3. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- 12.4. Notificar por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 12.5. Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, o qual fiscalizará cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.6. Fornecer à contratada a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário;
- 12.7. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato para fornecimento dos serviços, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 12.8. Prover a contratada os meios financeiros, conforme pactuado entre as partes, e a programar, nos exercícios subsequentes, os recursos necessários no orçamento, nos elementos financeiros específicos para custear o contrato, de acordo com o sistema de pagamento previsto;
- 12.9. Prestar esclarecimentos e informações à licitante vencedora, que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, sempre que solicitado, dirimindo as questões omissas neste instrumento, assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no Contrato;
- 12.10. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas do cumprimento do CONTRATO;
- 12.11. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 12.12. Desenvolver controle e avaliação periódica da Unidade por meio dos departamentos e órgãos competentes, com geração de relatório(s), observando “in loco” o desenvolvimento das atividades de assistência aos usuários - alvo de atenção do prestador, inspecionando documentos ou qualquer outro procedimento necessário para a verificação de sua pertinência, podendo;
- 12.13. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.
- 12.14. Outras providências necessárias serão determinadas pela Coordenação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Exigir que todos os profissionais que prestarão serviços nas unidades do SISP/AC, estejam inscritos em seus respectivos conselhos;
- 13.2. Promover a execução dos serviços de forma estabelecida pela CONTRATANTE, de modo a atender individualmente e/ou coletivamente, sem distinção de faixa etária e sexo;
- 13.3. Indicar e manter um Preposto com capacidade de tomada de decisões compatíveis com o compromisso assumido para interagir com os profissionais prestadores e com a Coordenação da CONTRATANTE, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional. Não sendo necessária a permanência deste nas unidades da Contratante, somente quando for acionado. O Preposto não poderá ser um dos demais profissionais contratados para a execução das atividades constantes neste Termo de Referência, pois não poderá haver acúmulo de funções, o que prejudicaria o desenvolvimento das atividades.

13.4. Comparecer às reuniões, quando for solicitada, com a Coordenação do DASP, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir, a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades.

13.5. Apresentar à Coordenação-Geral, relatório trimestral das atividades desenvolvidas no ano, com base em indicadores de resultados, ressaltando aspectos positivos, oportunidades de alterações benéficas ao processo, e sugerindo medidas necessárias à melhoria dos serviços executados.

13.6. A Contratada deve realizar a prestação dos serviços em conformidade com as especificações e cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência/Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.7. Comunicar à Contratante, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.8. Ressarcir a administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da contratante, ou ainda, por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à mesma no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

13.9. Cumprir a carga horária pré-estabelecida em conformidade com o disposto no presente Termo de Referência de acordo com cada especialidade profissional;

13.10. Responsabilizar-se pelo pagamento dos proventos salariais aos profissionais contratados, cumprindo com regularidade o calendário mensal, bem como, assumindo encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Estado do Acre;

13.11. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à contratante ou a terceiros, tendo como a gente a contratada, na pessoa de prepostos ou àqueles oriundos da Contratada (com procuração com esta finalidade);

13.12. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da contratante;

13.13. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

13.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.15. Manter o cadastro de todos os profissionais que atuam junto ao estabelecimento, devidamente atualizado perante o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) para fins de faturamento dos serviços prestados;

13.16. Informar ao CONTRATANTE qualquer alteração que importe perda, total ou parcial, dos requisitos profissionais ou pessoais exigidos como condição para a prestação dos serviços;

13.17. Apresentar documentação exigida, a qualquer tempo, seguindo os critérios determinados pelo CONTRATANTE para fins de manutenção da contratação.

13.18. Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem incorreções resultantes dos serviços ou de meios empregados;

13.19. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do Contrato de acordo com art. 125, da Lei 14.133/2021

13.20. Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o respectivo arquivo, devendo participar das capacitações, reuniões de equipe, construção de projetos psicossociais e discussões de caso;

13.21. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades profissionais, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

13.22. Garantir ao usuário a confidencialidade dos dados e das informações sobre sua assistência com base nos princípios éticos profissionais e da dignidade da pessoa humana, sob pena de ser responsabilizado legalmente;

13.23. Permitir acesso dos supervisores, auditores e outros profissionais, eventual ou permanentemente designados pela CONTRATANTE, através de equipe técnica indicadas pelas unidades do SISP/AC, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados;

13.24. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação administrando produtos para saúde que não tenham registro na ANVISA e procedimentos que não sejam reconhecidos pelo CRM;

13.25. Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato, encaminhando cópia ao gestor do Contrato quando solicitado;

13.26. Não reutilizar produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de ser reprocessados, conforme disposto na Resolução - RE nº 2605, de 11 de Agosto de 2006 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

13.27. Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência de 48 horas, sempre que houver necessidade de substituição de qualquer dos profissionais, por motivo de desligamento destes e nos casos de ausência por motivos legais;

13.28. Apresentar, obrigatoriamente, nas substituições definitivas e nas superiores a 7 (sete) dias corridos, toda a documentação exigida nos Requisitos Profissionais;

13.29. Em caso de falta do profissional do posto a empresa deverá encaminhar profissional substituto para que as atividades não sejam interrompidas. Ressaltamos ainda que o substituto deverá apresentar os mesmos requisitos profissionais exigidos pela licitação;

13.30. Fornecer mensalmente ao CONTRATANTE uma cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados ao contrato e o comprovante do depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a comprovar o pagamento de salários, 13º salário, concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias e, quando cabível, vale-transporte e auxílio-alimentação, no prazo previsto em lei, bem como o comprovante de pagamento de contribuições previdenciárias e do FGTS, todos referentes ao mês anterior (art. 8º, XIII);

13.31. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis (art. 8º, XIV);

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

a) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, **no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.**

b) Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

c) A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

d) A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

e) A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de acréscimos de valores deverá ser atualizada na mesma proporção, em conformidade com a Lei 14.133.

f) A qualquer tempo poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei n.º 14.133.

g) Caso os acertos resilitórios não ocorram até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme legislação vigente.

h) A garantia apresentada deverá vigorar por até 3 meses após o término do prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

16.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

16.4. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

16.5. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

16.6. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.7. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.9. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

16.10. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Programa de Trabalho:;

Elemento de Despesa:;

Fonte de Recurso:;

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

23.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

23.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

23.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (CONTRATANTE), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

23.4. E-mail: ouvidoria.sejusp@ac.gov.br; Telefone/WhatsApp: 68 9903-8018; Endereço: RUA BENJAMIN CONSTANT, 1015, - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-064

CONTRATANTE

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **KATIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA, Chefe(a) de Divisão**, em 15/10/2025, às 13:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0017780742** e o código CRC **E220678A**.

Referência: Processo nº 0819.012803.00084/2025-76

SEI nº 0017780742

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 3 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de **xx (xxxxxxxx)** dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 120 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.
4. **PARA TODOS OS ITENS (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10):** O Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna "09" (valor anual por posto), que será o valor referencial para o julgamento da proposta; serão desclassificadas as empresas que não estiverem de acordo com o critério estabelecido, conforme memória de cálculo abaixo:
 - a) A Coluna "09" (valor anual do posto) se dá da multiplicação do valor unitário por posto (coluna "07") x 12 meses (coluna "04")
 - b.2) A Coluna "10" (valor total do registro) se dá da multiplicação da coluna "06" (Quantidade para Registro) x Coluna "09" (Valor Anual por Posto)
 - c) A formulação dos lances também deverá obedecer a este mesmo critério, ressaltamos que a aplicação deste método se dá em razão de impossibilidade de cadastramento de pregão eletrônico com critério de julgamento utilizando concomitantemente quantidades, prazos e valores.